

SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina Hospital Municipal Dr. José de Carvalho Florence

CNPJ: 61.699.567/0012-45

Nota da Administração

Em complemento às Demonstrações Contábeis Consolidadas da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, das quais fazem parte o Parecer do Conselho Fiscal da SPDM, o Parecer da Assembleia dos Associados da SPDM e o Relatório dos Auditores Independentes, estamos encaminhando as Demonstrações Contábeis Individuais da unidade gerenciada: **SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Hospital Municipal Dr. José de Carvalho Florence**. As Atas de Reuniões com o Parecer sobre a aprovação das contas e demonstrativos contábeis emitidos pelo Conselho Fiscal da SPDM, Assembleia Geral de Associados da SPDM e Parecer de Auditoria Independente, serão publicados em conjunto com as Demonstrações Contábeis Consolidadas da SPDM, até 30/04/2022. São Paulo, 28/02/2022. **Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira** - Diretor-Presidente da SPDM.

Demonstrações Contábeis Comparativo dos Balanços Patrimoniais Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais		Demonstrações Contábeis - Comparativo das Demonstrações de Resultados dos Períodos - Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais	
	2.021	2.020	
Ativo			Passivo
Ativo Circulante	140.770.184,83	145.167.272,79	Passivo Circulante
Caixa e Equivalentes de Caixa	3.448.777,35	12.882.857,58	Fornecedores (notas 3.8)
Bancos conta movimento (nota 3.1)	11.322,28	15.340,80	Serviços de Terceiros P. Física/ Jurídica (notas 3.9)
Aplicações Financeiras (nota 3.2)	3.437.455,07	12.867.516,78	Salários a pagar (notas 3.10)
Contas a Receber (Nota 3.3)	126.209.598,66	126.046.883,81	Contribuições a recolher (notas 3.11)
Valores a Receber - Pref. Mun. S. Jose Campos (nota 3.3.2)	112.384.671,25	112.221.956,40	Provisão de férias (notas 3.12)
Valores em Negociação - Contrato/Convênio (nota 3.3.3)	13.824.927,41	13.824.927,41	Provisão de FGTS sobre férias (notas 3.12)
Outros Créditos (Nota 3.4)	1.447.481,62	1.227.954,40	Estimativa de Rescisão Contratual (notas 3.13)
Antecipação de férias (nota 3.4.1)	713.244,47	532.766,03	Impostos a recolher (notas 3.14)
Depósito judicial (nota 3.4.2)	558.078,59	525.988,90	Obrigações Tributárias (notas 3.15)
Adiantamentos (nota 3.4.3)	176.158,56	169.199,47	Empréstimo a funcionário
Despesas Pagas Antecipadamente	-	8.352,78	Lei 10.820/03 (notas 3.16)
Prêmios de seguros e outros a vencer (nota 3.5)	-	8.352,78	Acordo Trabalhista a Pagar (notas 3.17)
Estoques	9.664.327,20	5.001.224,22	Convênios Públicos a Realizar(notas3.18)
Estoque Materiais	-	-	Outras Contas a Pagar (notas 3.19)
Medicamentos Nutrição (nota 3.6)	9.664.327,20	5.001.224,22	Passivo Não Circulante
Ativo Não Circulante	10.338.766,09	7.781.401,53	Provisão de Despesa
Ativo Imobilizado - Bens de Terceiros	10.338.766,09	7.781.401,53	Proc. Cíveis (nota 3.21.1)
-Bens Móveis (nota 3.7)	28.376.549,33	24.074.150,12	Provisão de Despesa
Ajuste vida útil - bens terceiros-(nota3.7.1)	(18.037.783,24)	(16.292.748,59)	Proc. Trabalhistas (nota 3.21.1)
Total do Ativo	151.108.950,92	152.948.674,32	Obrigações - Bens Móveis de terceiros (nota 3.7)
Demonstrações Contábeis Comparativo da Demonstração do Valor Adicionado - Exercícios encerrados em 31 de Dezembro			Ajustes vida útil econômica - Bens Móveis de terceiros (nota 3.7.1)
			(18.037.783,24)
Descrição	2.021	2.020	Patrimônio Líquido
1 - Receitas	322.353.742,16	258.400.607,81	Ajustes de Exercícios Anteriores(notas3.22)
1.1) Prestação de serviços	275.074.513,47	213.337.882,38	Total do Passivo e Patrimônio Líquido
1.2) Outras Receitas	5.118.218,72	8.793.911,06	151.108.950,92
1.3) Isenção usufruída sobre contribuições	42.161.009,97	36.268.814,37	Demonstrações Contábeis Comparativo dos Fluxos de Caixa - Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais
2 - Insumos Adquiridos de Terceiros (inclui ICMS e IPI)	137.994.965,02	97.947.643,45	Descrição
2.2) Custo das mercadorias utilizadas nas prestações de serviços	52.951.044,49	31.394.078,39	Fluxos de caixa das atividades operacionais
2.3) Materiais, Energia, Serviço de terceiros e outros	80.672.493,05	63.326.356,61	Ajuste nas contas do Patrimônio Líquido
2.4) Perda / Recuperação de valores ativos	4.302.399,21	3.151.155,87	- (13.299.028,66)
2.5) Outros	69.028,27	76.052,58	Variações nos ativos e passivos
3 - Valor Adicionado Bruto (1-2)	184.358.777,14	160.452.964,36	(Aumento) Redução em contas a receber
4 - Retenções	-	-	(162.714,85)
5 - Valor Adicionado Líquido	-	-	(Aumento) Redução Outros Créditos
Produzido pela Entidade (3-4)	184.358.777,14	160.452.964,36	(219.527,22)
6 - Valor Adicionado Recebido em Transferência	305.809,61	49.477,58	(Aumento) Redução Despesa Antecipada
6.1) Receitas financeiras	305.809,61	49.477,58	8.352,78
7 - Valor Adicionado Total (5+6)	184.664.586,75	160.502.441,94	(Aumento) Redução em estoques
8 - Distribuição do Valor Adicionado	184.664.586,75	160.502.441,94	(3.924.322,26)
8.1) Pessoal e encargos	133.858.164,45	116.375.248,11	Aumento (Redução) em fornecedores
8.2) Impostos, taxas e contribuições	23.545,12	14.134,67	7.192.781,50
8.3) Juros	214,66	868,59	Aumento (Redução) nas doações e subvenções/Contrato Gestão
8.4) Aluguéis	8.621.652,55	7.843.376,20	(17.701.135,88)
8.5) Isenção usufruída sobre contribuições	42.161.009,97	36.268.814,37	Aumento (Redução) em contas a pagar e provisões
Demonstrações Contábeis Comparativo da Demonstração do Patrimônio Líquido - Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais			5.372.485,70
			Aumento (Redução) de Bens de Terceiros
Descrição	Nota	Social	2.557.364,56
Afiliação			Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades operacionais
Saldo em 31/12/2020			(6.876.715,67)
Incorporação ao Patrimônio Social	-	-	Fluxos de caixa das atividades de investimentos
Transferência para Resultado Acumulado	-	-	(-) Adição de Bens de Terceiros
Realização da Reserva de Reavaliação	-	-	(2.557.364,56)
Ajustes de Exercícios Anteriores - Efeitos das mudanças dos critérios contábeis	-	-	Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades de investimentos
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	(2.557.364,56)
Superávit / (Déficit) do Exercício	-	-	Aumento (Redução) Caixa e Equivalentes de Caixa
Saldo em 31/12/2021			(9.434.080,23)
			No início do período
			12.882.857,58
			No final do período
			3.448.777,35
			12.882.857,58

	2.021	2.020		2.021	2.020
Receitas Operacionais com Restrições de Serviços com Restrições	317.235.523,44	249.606.696,75	Receitas Operacionais com Restrições (Nota 5)	47.889.851,48	39.907.401,30
Prefeitura São Jose Campos			Serviços - Pessoal Próprio	16.084.834,54	17.764.513,98
- Resolução TG 07 (R2): (nota 4.2)	275.072.604,61	213.296.412,17	Serviços - Terceiros P. Jurídica	16.971.615,43	8.570.529,47
Isenção usufruída (nota 5.1)	42.161.009,97	36.268.814,37	Mercadorias	1.850.718,76	1.479.890,45
Trabalhos Voluntários (nota 6)	1.908,86	41.470,21	Financeiras	69.242,93	76.921,17
(=) Receita Com Restrições	317.235.523,44	249.606.696,75	Despesas Bens Permanentes	1.102.792,49	2.004.228,46
(+) Outras Receitas com Restrições	5.424.028,33	8.843.388,64	Tributos	8.471,90	4.001,42
Outras Receitas (nota 4.3)	179.385,25	2.380.145,47	Isenção Usufruída	11.800.266,57	10.005.398,26
Descontos Recebidos (nota 4.4)	305.809,61	49.477,58	Trabalhos Voluntários (nota 6)	1.908,86	1.918,09
Doações Recebidas (nota 4.5)	4.938.833,47	6.413.765,59	(=) Superávit ou Deficit Bruto com Restrições	47.889.851,48	39.907.401,30
(=) Receita Líquida Com Restrições	322.659.551,77	258.450.085,39	(-) Despesas Operacionais com Restrições (Nota 5)	47.889.851,48	39.907.401,30
(-) Custos Serviços Prestados com Restrição (Nota 5)	274.769.700,29	218.542.684,09	Serviços - Pessoal Próprio	16.084.834,54	17.764.513,98
Serviços - Pessoal Próprio	117.771.421,05	98.569.263,92	Serviços - Terceiros P. Jurídica	16.971.615,43	8.570.529,47
Serviços - Terceiros P. Jurídica	70.471.811,41	61.119.312,89	Mercadorias	1.850.718,76	1.479.890,45
Mercadorias	52.951.044,49	31.394.078,39	Financeiras	69.242,93	76.921,17
Custos de Bens Permanentes	3.199.606,72	1.146.927,41	Despesas Bens Permanentes	1.102.792,49	2.004.228,46
Trabalhos Voluntários (nota 6)	-	39.552,12	Tributos	8.471,90	4.001,42
Isenção usufruída (nota 5.1)	30.360.743,40	26.263.416,11	Isenção Usufruída	11.800.266,57	10.005.398,26
Tributos	15.073,22	10.133,25	Trabalhos Voluntários (nota 6)	1.908,86	1.918,09

são eventualmente mantidos em conta de aplicação financeira, enquanto não utilizados para o custeio da unidade gerenciada. Os rendimentos sobre aplicações financeiras são reconhecidos como Receitas Financeiras no Resultado da Entidade, e transferidos para a conta de Passivo denominada "Convênios/Contratos Públicos à Realizar", em conformidade com o Item 29 da NBC TG 07 (R2) - Subvenção e Assistência Governamental. Em 2021 tais valores representam o montante de R\$ 352.176,74 Contrato 265/2017 e R\$ 34.739,02 Convênio 008/2020, cujo total anual foi de R\$ 386.915,76. **3.3. Contas a Receber:** A prática contábil adotada é pelo regime de competência para registro das mutações patrimoniais. Conforme a NBC TG 07 R2 - Subvenção e Assistência Governamentais e conforme a ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros a Entidade passou a constituir provisionamentos e outros valores a receber referentes às execuções de seus contratos de gestão, convênios e outros tipos de Assistências Governamentais para que quando do reconhecimento no resultado, não traga desequilíbrio entre receitas e despesas provisionadas. **3.3.1. Auxílios, Subvenções e ou Convênios Públicos.:** São recursos financeiros provenientes de contratos de gestão, convênios ou outros instrumentos firmados com órgãos governamentais, e que tem como objetivo principal operacionalizar projetos e atividades pré-determinadas. Periodicamente, conforme contrato, a Entidade presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também toda documentação a disposição para qualquer fiscalização. Os convênios firmados estão de acordo com o estatuto social da Entidade e as despesas de acordo com suas finalidades. A Entidade para a contabilização de todos seus tipos de Assistências Governamentais atende à NBC TG 07 (R2) na qual uma Assistência Governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas às condições da Norma. Todos os tipos de Assistência Governamental não podem ser creditados diretamente no patrimônio líquido. Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento da receita na demonstração do resultado, a contrapartida da Assistência governamental registrada no ativo é feita em conta específica do passivo. **3.3.2. Valores a Receber - Curto Prazo:** Os valores registrados nesta conta correspondem/representam valores a receber de curto prazo, relativos ao Contrato de Gestão Nº 265/2017 e Convênio 08/2020, proveniente da Prefeitura de São José dos Campos, esses valores serão recebidos conforme contrato, até 31 de Dezembro de 2021 o saldo da conta estava em R\$ 112.384.671,25. **3.3.3. Valores em Negociação Contrato/Convênio:** Por conta da adoção na Norma NBC - ITG 2002 (R1) Entidade sem Finalidade de Lucros, os valores a receber e a realizar provenientes dos contratos de gestão ou convênios são registrados em contas de ativo e passivos correspondentes. Os resultados provenientes da aplicação desses recursos são totalmente revertidos em despesas, e consequentemente, tais despesas decorrente dos serviços de saúde podem exceder o orçamento inicial, de modo que o desequilíbrio econômico da unidade gerenciada seja reconhecido em conta de ativo para melhor evidência contábil. A instituição avalia anualmente a expectativa de recuperação de tais valores, considerando a necessidade de repactuar o plano de trabalho da unidade gerenciada, de modo a considerar possíveis baixas ou amortizações decorrentes do resultado deficitário desses projetos. O saldo a receber desta conta em 31.12.2021 e de R\$ 13.824.927,41. **3.4. Outros Créditos:** Representam valores e outras contas a receber, normalmente não relacionadas com o objeto principal da instituição, o saldo deste grupo em 31.12.2021 é de R\$ 1.447.481,62. **3.4.1. Antecipações de Férias:** A instituição efetua antecipação de férias conforme prevê a legislação Trabalhista (CLT), em seus artigos: Art. 145 - O pagamento da remuneração das férias e, se for o caso, o do abono referido. No Art. 143 - serão efetuados até 2 dias antes do início do respectivo período no valor de R\$ 173.244,47. **3.4.2. Depósito Judicial:** Representam valores a título de crédito, por ordem judicial, relativos a pagamentos de causas trabalhistas pendentes, no valor de R\$ 558.078,59. **3.4.3. Adiantamentos:** Representam valores a pagos de benefícios adquiridos no final do mês aos funcionários que irão compor a folha de pagamento do mês posterior, são valores referentes a vale transporte, vale alimentação e refeição, no valor de R\$ 176.158,56. **3.5. Despesas Pagas Antecipadamente:** Representam valores referentes a prêmios de seguros de veículos e seguro predial do imóvel da Entidade. Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a Entidade efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros, e assim atendendo principalmente o Princípio de Contábil de Continuidade. Os valores segurados são definidos pelos Administradores da Entidade em função do valor de mercado ou do valor do bem novo, conforme o caso. **3.6. Estoques:** Os estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado e referem-se aos produtos e materiais médico-hospitalares, de conservação e consumo, higiene, lavanderia, gêneros alimentícios e equipamentos de proteção até a data do balanço. Conforme se demonstra abaixo, o valor total escriturado em estoques no exercício de 2.021 é de R\$ 9.664.327,20. A provisão para valorização dos estoques é constituída, quando necessário, com base na análise dos estoques e seu tempo de permanência.

	31/12/2021	31/12/2020
Posição dos Estoques		
Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Materiais utilizados no setor de Nutrição	234.242,72	139.932,86
Materiais utilizados no setor de Farmácia	5.165.955,00	2.144.324,25
Materiais de Almoarifado	2.342.421,09	2.671.910,66
Materiais de Terceiros	1.921.708,39	45.056,45
Total	9.664.327,20	5.001.224,22

3.7. Imobilizado: O imobilizado de uso da SPDM - Hospital Municipal Dr. José de Carvalho Florence, é composto por bens de terceiros os quais são classificados de modo a atender a legislação atual. Os bens de terceiros são fruto de aquisição realizada com recursos de contratos de gestão ou convênios para os quais possuímos documentos de cessão de uso. Os ativos estão distribuídos da seguinte forma:

	Saldo em 31.12.2021	Saldo em 31.12.2020
Descrição	31.12.2021	31.12.2020
Caixa e Saldos em Bancos	11.322,28	15.340,80
Aplicação Financeira de Curto Prazo	3.437.455,07	12.867.516,78
Caixa e Equivalentes de Caixa	3.448.777,35	12.882.857,58
3.2. Aplicações Financeiras: As aplicações estão demonstradas pelo valor da aplicação acrescido dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do balanço, com base no regime de competência. As aplicações são referenciadas como sendo com restrição uma vez que os valores se encontram aplicados por força de convênios e contratos de gestão cujo rendimento reverte em favor do contratante e não da SPDM.		
Instituição Financeira	Tipo de Aplicação	Rentabilidade Taxa % a.m.
Banco Bradesco S/A	CDB	0,65 a.m
Banco do Brasil S/A	CDB	0,85 a.m
Banco do Brasil S/A/UBS	CDB	0,85 a.m
Saldo Aplicado		3.437.455,07
3.2.1. Rendimentos sobre Aplicação Financeira - Receitas Financeiras com Restrição: Os recursos provenientes de convênios e contratos públicos,		

continua >>>

Demonstrativo da Movimentação de Bens Móveis em 2021.

Descrição	Posição em 31/12/2020	Aquisição	Baixa	Posição em 31/12/2021
Imobilizado - Bens Móveis				
Bens Móveis	24.074.150,12	-	-	28.376.549,33
Apar. Equip Utens Med Odont Lab	13.945.055,00	3.203.656,72	-	17.148.711,72
Equip Proteção/Segurança/Socor	81.657,11	-	-	81.657,11
Equip Processamento De Dados	2.027.062,89	254.904,25	-	2.281.967,14
Mobiliário em Geral	3.953.131,36	520.708,84	-	4.473.840,20
Máquinas Utens E Equip Diversos	2.544.467,36	309.282,41	-	2.853.749,77
Veículos de Tração Mecânica	542.615,43	-	-	542.615,43
Aparelhos de Medição	276.562,17	-	-	276.562,17
Aparelhos e Equip Comunicação	223.964,43	759,99	-	224.724,42
Aparelhos e Utensílios Domesticos	272.276,13	13.087,00	-	285.363,13
Maq e Equip De Natureza Industrial	109.279,48	-	-	109.279,48
Máquinas E Utensílios De Escritório	18.011,76	-	-	18.011,76
Software	80.067,00	-	-	80.067,00

3.7.1. Ajuste Tempo Vida Util Econômica - Bens Móveis: A instituição efetua o ajuste do tempo de vida útil dos bens de terceiros, de propriedade do contratante, através do método linear e utilizando as taxas anuais divulgadas em nota explicativa (3.7 Imobilizado), de modo a demonstrar o valor residual dos bens de terceiros. Os softwares são amortizados pelo tempo de vida útil estimado.

Demonstrativo da movimentação dos Ajustes Vida útil Econômica Bens móveis em 2021

Descrição	Posição em 31/12/2020	Baixa	Ajuste do Exercício	Posição em 31/12/2021	Taxas anuais médias de Ajustes %
Ajuste vida útil econômica de Bens Móveis	(16.292.748,59)	-	-	(18.037.783,24)	
Bens Móveis	(16.292.748,59)	-	-	(18.037.783,24)	
Apar Equip Utens Med Odont Lab	(9.280.923,29)	-	(564.661,85)	(9.845.585,14)	10
Equip Proteção/Segurança/Socor	(75.266,39)	-	(3.418,44)	(78.684,83)	20
Equip Processamento de Dados	(1.550.690,24)	-	(635.047,01)	(2.185.737,25)	10
Mobiliário em Geral	(2.708.890,39)	-	(272.120,93)	(2.981.011,32)	10
Máquinas Utens E Equip Diversos	(1.412.096,61)	-	(221.010,03)	(1.633.106,64)	10
Veículos de Tração Mecânica	(536.575,43)	-	-	(536.575,43)	20
Aparelhos de Medição	(276.562,17)	-	-	(276.562,17)	10
Aparelhos e Equip Comunicação	(111.919,92)	-	(20.886,46)	(132.806,38)	10
Aparelhos e Utensílios Domesticos	(208.276,29)	-	(12.087,86)	(220.364,15)	10
Maq e Equip de Natureza Industrial	(78.238,38)	-	(8.462,65)	(86.701,03)	10
Máquinas e Utensílios de Escritório	(18.011,31)	-	-	(18.011,31)	10
Software	(35.298,17)	-	(7.339,42)	(42.637,59)	20

3.8. Fornecedores: As obrigações com fornecedores nacionais são reconhecidas pelo seu custo de aquisição, de acordo com os valores praticados no mercado interno. São registrados pelo valor das notas fiscais ou faturas provenientes da compra de materiais, medicamentos e demais itens de consumo. O prazo médio de pagamento dos fornecedores é de aproximadamente 90 (noventa) dias. **3.9. Serviços de Terceiros:** Estas obrigações representam a contratação de serviços de terceiros pessoa física e jurídica pela instituição, em sua grande parte relacionados a contratos de prestação de serviços médicos e não-médicos, tais como: serviços prestados de utilidade pública, assessoria técnica e jurídica, portaria, segurança e limpeza. **3.10. Salários a Pagar:** De acordo com o Art. 76 da CLT - Salário é a contraprestação mínima devida e paga diretamente pelo empregador a todo trabalhador, inclusive ao trabalhador rural, sem distinção de sexo, por dia normal de serviço. A instituição efetua o pagamento mensal das remunerações no quinto dia útil subsequente ao mês de competência. **3.11. Contribuições a Recolher** Representam os valores devidos sobre a folha de pagamento e relativos ao cumprimento de recolhimentos de INSS, FGTS, PIS e Contribuições Sindicais. **3.12. Provisão de Férias E Encargos.** Os valores dessa conta representam as provisões de férias e seus respectivos encargos (FGTS) com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço. **3.13. Estimativas de Rescisão Contratual:** A entidade entendeu por bem realizar uma estimativa de rescisão contratual, em contas de despesa e passivo. Devido a sua relevância, a estimativa leva em consideração os valores para rescisão do contrato de trabalho coletivo, se devidos fossem, em 31.12.2021, para fins de recolhimento de FGTS (50% MULTA) e aviso prévio indenizado apenas dos funcionários vinculados a centro de custo (Covid) conforme 10º Termo Aditivo do Contrato 265/2017, e 2º Termo Aditivo do Convênio 08/2020 UBS Tatetuba conforme quadro abaixo:

Estimativas Rescisão Contratual	Saldo em 31.12.2021
Aviso Prévio indenizado -(UBS) Conveio 08/2020	152.999,24
Multa 50% FGTS/PIS - (UBS) Conveio 08/2020	81.306,51
Aviso Prévio indenizado - (Covid) Contrato 265/2017	930.692,98
Multa 50% FGTS/PIS - (Covid) Contrato 265/2017	692.527,26
Total	1.857.525,99

3.14. Impostos a Recolher: Representam os valores devidos sobre a folha de pagamento e relativos ao cumprimento de recolhimentos de IRRF sobre folha de pagamento. **3.15. Obrigações Tributárias:** Constituem as obrigações de IRRF, INSS, ISS, PIS/COFINS/CSLL relativos aos valores relacionados aos serviços prestados por pessoas físicas e jurídicas, que sofreram as retenções devidas conforme as legislações pertinentes. **3.16. Empréstimos A Funcionários:** A Lei 10.820, de 17.12.2003, beneficiou os trabalhadores regidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), permitindo o desconto das parcelas relativas a empréstimos, financiamentos e operações de leasing na folha de pagamento desses empregados. A instituição oferece aos seus colaboradores o crédito consignado com o Banco Bradesco, com desconto em folha. **3.17. Acordo Trabalhista a Pagar:** Os valores nessa conta representam os valores devidos em 31.12.2021 referente a processos trabalhistas que foram negociados durante o exercício corrente. **3.18. Convênios/Contratos Públicos a Realizar:** De acordo com a NBC TG 07 R2 - Subvenção E Assistência Governamentais e ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros, Item 11 e 12, a SPDM passou a adotar a sistemática de contabilização dos valores mantidos no Contrato de Gestão com o poder público, de forma a evidenciar os valores previstos a serem realizados, durante a execução do contrato, na execução da atividade operacional. O saldo a realizar em curto prazo em 31.12.2021 representa R\$ 105.508.520,82 (Cento e cinco milhões, quinhentos e oito mil, quinhentos e vinte reais e oitenta e dois centavos) no Curto Prazo. **3.19. Outras Contas a Pagar:** Os valores evidenciados nessa conta referem-se a outras obrigações que no primeiro instante não se encaixam nas demais nomenclaturas do plano de contas da Instituição, no valor de R\$ 1.980.859,69. **3.20. Estimativas Contábeis:** A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de determinados valores que sejam registrados por estimativa, as quais são estabelecidas com o uso de premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. Itens significativos registrados com base em estimativas contábeis incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor de realização ou recuperação, as provisões para indenizações e provisões para perdas em geral. No caso da Provisão de Férias e Encargos, foram provisionados com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço. A liquidação das transações registradas com base em estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Entidade revisa periodicamente as estimativas e premissas.

3.21. Contingências Ativas e Passivas: Os conceitos aplicados para fins de constituição de Contingências além dos conceitos estabelecidos para classificação dos processos de ações em "provável", "possível" e "remota", no que se refere ao ponto de vista contábil, se encontram em conformidade com o estabelecido na NBC TG 25 (R1) - Provisões, Passivos Contingentes E Ativos Contingentes. Para tanto, os eventos são caracterizados em situações nas quais, como resultado de eventos passados, pode haver uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos futuros na liquidação de: (a) obrigação presente (provável); ou (b) obrigação possível cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade (remota). Para eventos onde a classificação é provável há uma obrigação presente que provavelmente requer uma saída de recursos e neste caso a provisão é constituída ou reconhecida contabilmente. Para eventos de classificação possível há obrigação possível ou presente que pode, mas provavelmente não irá requerer uma saída de recursos. Neste caso, nenhuma provisão é constituída ou reconhecida e a divulgação é exigida para o passivo contingente. Caso seja remota, há obrigação possível ou obrigação presente cuja probabilidade de uma saída de recursos é remota. **3.21.1 Contingências Passivas:** Em virtude da característica de prestadora de serviços na área hospitalar, a unidade da SPDM - Hospital Municipal Dr. José de Carvalho Florence por vezes é acionada em ações cíveis. Tais ações têm por origem, independente do mérito, tantos casos de supostos erros médicos, indenizatórias, quanto processos administrativos e cobranças propostas por fornecedores. Para o tipo de ação cível, onde a possibilidade de perda era tida como "possível", em 2021 o valor apurado foi de R\$ 487.216.123,36. Ainda, no exercício de suas atividades em 2021, a SPDM - Hospital Municipal Dr. José de Carvalho Florence acumulou passivos resultantes de reclamações trabalhistas. Para ações em que a possibilidade de perda era tida como "possível", o montante chegou a R\$ 9.776.188,06. **3.22. Patrimônio Líquido:** Conforme esclarecido em balanços anteriores, de acordo com apurado na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido de 2.012, e descrito em notas explicativas dos anos, a SPDM procedeu a ajustes necessários para se adequar ao que

estabelece a norma NBC TG 07 (R2) - Subvenção e Assistência Governamentais, no que se refere ao reconhecimento dos recursos com restrição originários de contratos de gestão, convênios públicos e outros tipos de Assistência Governamental. O patrimônio líquido atualmente não apresenta valores, em virtude de aplicação do que estabelece a Norma ITG 2002 (R1) - Entidades sem Finalidade de Lucros, que enquanto não atendido os requisitos para reconhecimento no resultado, a contrapartida da Assistência Governamental de Contribuição para Custeio e Investimento deve ser em conta específica do Passivo, de forma que o resultado será sempre "zero". Em 31/12/2020 a instituição optou em reconhecer em conta específica de Patrimônio Líquido o montante de 13.299.028,66, sendo o saldo permanece para o exercício de 2021. **4. Origem e Aplicação dos Recursos:** As receitas, inclusive as doações, subvenções, contribuições, bem como as despesas, são registradas pelo regime de competência. As receitas da Entidade são apuradas através dos comprovantes de recebimento, entre eles, avisos bancários, recibos e outros, como também suas despesas são apuradas através de Notas Fiscais e Recibos, em conformidade com as exigências legais-fiscais. **4.1 Receitas Recebidas do Contrato Gestão e Convênio:** As receitas recebidas do contrato de gestão 265/2017 e convênio 008/2020 no exercício de 2021 foi de:

Receitas Efetivas 2021	R\$
CNPJ nº 61.699.567/0012-45	252.999.549,48
Contratos	3.822.949,32

4.2. Das Receitas Operacionais de Acordo com NBC TG 07(R2) Item 12: As receitas operacionais da instituição são aplicadas na atividade operacional e são reconhecidas pelo regime de competência, de acordo com a NBC TG 07 (R2) Item 12, onde a subvenção governamental deve ser reconhecida com o recito ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, sempre levando em consideração a Prevalência da Essência sobre a Forma, no reconhecimento de contratos ou convênios. As receitas operacionais da Entidade são constituídas pelo regime de competência e de acordo com as normas da NBC TG 07 R2, onde os valores reconhecidos das receitas são confrontados com as despesas correspondentes. As Receitas constantes na publicação do Balanço, estão de acordo com as Resolução do CFC, "Receita Prestação de Serviços com Restrição", cujo valor e de R\$ 275.072.604,61. **4.3. Outras Receitas:** No exercício de 2021, foram contabilizadas receitas cuja natureza provem de (i) Reversão de contingências passivas R\$ 55.193,08; (ii) Despesa anuladas de exercícios anteriores R\$ 14.227,28; e (iii) Outras Receitas não operacionais R\$ 109.964,89, sendo essa última referente ao contrato com a Empresa JCM Parking que administra o estacionamento do Hospital Municipal Dr. Jose de Carvalho Florence. **4.4. Desconto Recebidos:** Os descontos recebidos referem-se a acordo com fornecedores e prestadores para liquidação do passivo a pagar dessas empresas, em 2021 totalizou R\$ 305.809,61.

4.5. Doações: No exercício de 2021 ainda em razão da Covid-19 a unidade gerenciada recebeu diversas doações da Prefeitura Municipal de São Jose dos Campos e da Secretaria de Estado da Saude de São Paulo, doações que foram utilizadas no enfrentamento da Covid-19 que somam R\$ 4.938.833,47. **5. Custos e Despesas Operacionais:** Os custos operacionais estão relacionados aos valores referentes aos setores produtivos da instituição e foram segregados e classificados de acordo com esta estrutura, parametrizada no sistema da SPDM. As despesas operacionais estão relacionadas aos valores referentes aos setores administrativos e de apoio à instituição e foram segregados e classificados de acordo com esta estrutura, parametrizada no sistema da SPDM. **5.1. Contribuições Sociais:** Por atender aos requisitos estabelecidos na Lei Complementar nº 187 de 16/12/2021, a Instituição teve o seu Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde (CEBAS-Saúde), deferido conforme portaria SAS/MS nº 1.893, de 07/12/2016, publicada no Diário Oficial da União em 08/12/2016, com validade de 01/01/2015 à 31/12/2017, fazendo jus ao direito de usufruir da isenção do pagamento da Cota Patronal das Contribuições Sociais e isenção da COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) que também é uma contribuição social, de natureza tributária, incidente sobre a receita bruta das empresas em geral, destinada a financiar a seguridade social. Em 15/12/2020, a entidade protocolou, tempestivamente, junto ao Ministério da Saúde, o seu requerimento de renovação, conforme Processo nº 25000.177286/2020-01, o qual aguarda deferimento. Os montantes das isenções usufruídas durante o exercício de 2021 se encontram registrados em contas específicas de receita e totalizou R\$ 42.161.009,97. Em face de a Entidade ser reconhecida como Entidade Beneficente de Assistência Social, e ter como área de atuação preponderante a da Saúde, além de atuar nas áreas de educação e assistência social, tem obrigatoriedade de cumprir o estabelecido na Lei Complementar nº 187 de 16/12/2021, em seu artigo 3º, inciso VII, que prevê a apresentação de demonstrações contábeis e financeiras, devidamente auditadas por auditor independente legalmente habilitado nos Conselhos Regionais de Contabilidade, quando a receita bruta anual auferida for superior ao limite fixado pelo inciso II do caput do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, dentro outros requisitos. As isenções e contribuições sociais usufruídas são referentes a INSS Patronal sobre a folha de pagamentos de serviços próprios, COFINS e PIS sobre folha de pagamentos de serviços próprios. **5.1.1. Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados:** Conforme descrito no item 9 - Contribuições Sociais, face à sua condição de Entidade Filantrópica garantida nos termos da Lei complementar 187/2021, a Entidade usufruiu no ano exercício de 2021, da isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados a qual se encontra registrada em conta específica montante de R\$ 30.417.214,20. Em 2020, a referida isenção, que também se encontra registrado em conta específica de receita, totalizou R\$ 26.480.797,70. **5.1.2. Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal, sobre a folha de pagamento por Serviços de Terceiros:** A Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal incide também sobre a folha de pagamento por Serviços de Terceiros Pessoa Física. Tal isenção se encontra registrada em conta específica de receitas, sendo que no exercício de 2021 atingiu um montante de R\$2.396.218,98. 2020 atingiu um montante de R\$ 2.435.895,10. **5.1.3. Isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)** A isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) está baseada na condição filantrópica da Entidade. Conforme classificação em conta específica o montante no exercício 2021 foi de R\$ 8.252.178,13. 2020 foi de R\$ 6.398.892,37. **5.1.4. Isenção para o PIS sobre a Folha de Pagamento (PIS - Fopag):** A unidade gerenciada usufruiu da isenção do Programa Integração Social (PIS) sobre a folha no ano de 2021, se devido fosse, o montante seria de R\$ 1.095.398,66.Em

2020, esse montante seria de R\$ 953.229,20. **6. Trabalho Voluntário:** Em 02/09/2015 o Conselho Federal de Contabilidade publicou a revisão da Interpretação Técnica Geral (ITG R1) 2002 - Entidade sem finalidade de lucros, norma que regulamenta a contabilidade das entidades do Terceiro Setor. Dentre as alterações realizadas na ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros encontra-se a que estabelece que o trabalho dos integrantes da administração das entidades deve ser incluído como trabalho voluntário. Desta forma, conforme item 19, a Entidade reconhece pelo valor justo a prestação do serviço não remunerado do voluntariado, que é composto essencialmente por pessoas que dedicam o seu tempo e talento uma importante participação em várias ações realizadas pela entidade. A Entidade possui dois tipos de trabalho voluntário sendo um dos dirigentes estatutários e outro de prestadores de serviços voluntariado. Tomando como base o valor médio da hora multiplicado pelo número de horas chegou-se ao montante devido no mês, o qual foi dividido de maneira simples pelo número de unidades ativas no período. Para os demais trabalhos voluntários a valorização é feita pelo valor da hora da categoria a que pertence o voluntário. Em 2021, o trabalho voluntário estatutário representou R\$ 1.908,86. **7. Resultado Operacional:** Em face à adoção da Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 07 (R2) - Subvenção e Assistência Governamentais, a subvenção governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas as condições desta norma (Item 12). Portanto, a apuração do resultado do exercício reconhecido em conta específica do Patrimônio Líquido representa "zero". A apuração do resultado, se não aplicada a norma, seria composto de Receitas obtidas através dos contratos e convênios públicos na ordem de R\$ 256.822.498,80 (Duzentos e cinquenta e seis milhões, oitocentos e vinte e dois mil, quatrocentos e noventa e oito reais e oitenta centavos); acrescidos de Outras Receitas no valor de R\$ 5.424.028,33; e deduzidas das Despesas e Custos Operacionais na ordem de R\$ 280.496.632,94; encerrando o exercício com um resultado deficitário no valor de R\$ 18.250.105,81. **8 - Das Disposições da Lei 12.101, Portaria 834/2016 MS e Lei Complementar 187 de 2021.** Por ser Entidade Filantrópica com atividade preponderante na área da saúde, a SPDM, em conformidade ao estabelecido no inciso II do artigo 4º da Lei 12.101 de 27/11/2009, alterada pela Lei 12.868/13, regulamentada 8.242/14 e, ainda, o que está disposto na Lei Complementar 187/2021, para fazer jus a Certificação na área "predominantemente" de saúde, deverá alternativamente (**Artigo 7º**): I - prestar serviços ao SUS; II - prestar serviços gratuitos; III - atuar na promoção à saúde; IV - ser de reconhecida excelência e realizar projetos de apoio ao desenvolvimento institucional do SUS; e ainda (**Artigo 9º**): I - celebrar contrato, convênio ou instrumento congêneros com o gestor do SUS; e II - comprovar, anualmente, a prestação de seus serviços ao SUS no percentual mínimo de 60%, com base nas internações e nos atendimentos ambulatoriais realizados. Podendo ainda (**§ 3º para fins do disposto no § 2º deste artigo**), no conjunto de estabelecimentos de saúde da pessoa jurídica, poderá ser incorporado estabelecimento vinculado em decorrência de contrato de gestão, no limite de 10% (dez por cento) dos seus serviços. A entidade de saúde, deverá informar obrigatoriamente, na forma estabelecida em regulamento (**Artigo 10º**): I - a totalidade das internações e dos atendimentos ambulatoriais realizados para os pacientes não usuários do SUS; e II - a totalidade das internações e dos atendimentos ambulatoriais realizados para os pacientes usuários do SUS. A Unidade Gerenciada, apresentou em 2021 nesta unidade a seguinte produção:

Produção – 2021 Contrato 265/2017	SUS	Particular
Linha de Atendimento Internações	23.927	
Saída Hospitalar	24.174	
Nº de paciente dia	N/A	
Nº de Cirurgias	10.895	
nº de Partos	5.286	
Diárias de UTI - Total	16.835	
Internação/Atendimento Domiciliar Pronto Socorro/Pronto Atendimento (Urgência/Emergência)	3.181	
Consulta/ atendimento de urgência (PS/PA)	375.270	
Atendimento Ambulatorial - Total	1.538.318	
Consulta médica	82.372	
Atendimento não médico	6.797	
HD/Cirurgia ambulatorial	-	
SADT - Total	1.725.933	

Produção – 2021 UBS 008/2020	SUS	Particular
Linha de Atendimento Internações		
Saída Hospitalar	-	-
Nº de paciente dia	-	-
Nº de Cirurgias	-	-
nº de Partos	-	-
Diárias de UTI - Total		
Internação/Atendimento Domiciliar Pronto Socorro/Pronto Atendimento (Urgência/Emergência)		
Consulta/ atendimento de urgência (PS/PA)	-	-
Atendimento Ambulatorial - Total	64.591	
Consulta médica	23.180	
Atendimento não médico	21.675	
HD/Cirurgia ambulatorial	-	
SADT - Total		

9. Relatório De Execução Técnica e Orcamentaria do Contrato de Gestão: A unidade SPDM - Hospital Municipal Dr. José de Carvalho Florence, apresentou o seguinte relatório de execução em 2021: a) Comparativo específico das metas proposta com os resultados alcançados, com justificativas para metas não atingidas ou excessivamente superadas.

Hospital Municipal Dr. Jose de Carvalho Florence Relatório de Execução do Contrato de Gestão - 2021		
Linha de Contratação	Contratado	Total Realizado
Atendimento Hospitalar Total (SIH/SUS)		
Nº Total de AIH (SIH/SUS)	-	24.972
Atendimento de Urgência Total(PS)		375.270
Atendimento Ambulatorial/ Procedimentos Especificos Total (d/a)		
Consulta Médica em Atenção Especializada	15.912	82.372
Atendimentos Não Médicos	-	11.908
Consultas Não Médicas	-	6.797
Vagas externas disponibilizadas de Consultas Médicas Especializadas	15.912	16.024
SADT [Ext+Int] - Total (d/a)		
Exames Complementares	-	1.725.933
Vagas externas disponibilizadas de Exames Complementares	32.664	32.588
Internações		
Internações Clínicas	5.700	8.967
Internações Cirúrgicas	-	9.874
Internações Obstétrica	3.975	3.975
Internação P.H.D		1.905
Atendimento Ambulatorial		375.270
Consulta Médica em Atenção Especializada-Total	15.912	82.372
SADT - Total	32.664	1.725.933
Atendimentos as Urgências e Emergencias		375.270
Diárias de UTI - Total		
Diárias de UTI - Adulto	-	12.128
Diárias de UTI - Pediátrico	-	1.441
Diárias de UTI - Neonatal	-	3.083
**Outras UTI (doador+utilizou+de um tipo de UTI)	-	183

UBS Vila Industrial Tatetuba Relatório de Execução do Contrato de Gestão - 2021		
Linha de Contratação	Contratado	Total Realizado
Consulta Médica em Atenção Básica	13.048	23.180
Atendimentos Não Médicos	-	21.675
Consultas Não Médicas	-	2.255

b) Exposição sobre a Execução Orcamentaria e seus Resultados: Relatório de Execução Orcamentária Contrato 265/2017 e Convênio 08/2020 Exercício 2021		
Receitas	Custeio	Investimento
Repasse do Contrato - 265/2017	252.119.364,14	880.185,34
Receitas Financeiras e Outras Receitas - 265/2017	2.245.320,11	-
Repasse do Contrato Convênio - 08/2020	3.822.949,32	-
Receitas Financeiras e Outras Receitas - 08/2020	63.350,66	-
Total das Receitas	258.250.984,23	880.185,34

continuação	Despesas	Custeio	Investimento	10-Seguros:	Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira
	Despesas com Pessoal - 265/2017	130.479.244,60	-	Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a Entidade efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros, e assim atendendo principalmente o Princípio Contábil de Continuidade. 11-Exercício Social: Conforme estabelece o art. 41 do Estatuto Social da Instituição, o exercício social coincide com o ano civil, iniciando-se em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano.	Diretor Presidente da SPDM
	Despesas com Materiais, Serviços e Outras Despesas - 265/2017	134.692.938,68	880.185,34	São Paulo, 31/12/2021.	Dr. Carlos Alberto Maganha Diretor Técnico
	Despesas com Pessoal - 08/2020	1.550.544,38	-		Jose Roberto da Mota Contador
	Despesas com Materiais, Serviços e Outras Despesas - 08/2020	962.336,80	-		CRC- 1SP 252.369/0-7
	Total das Despesas	267.685.064,46	880.185,34		

Relatório dos Auditores Independentes: Opinião sobre as demonstrações contábeis: Examinamos as demonstrações contábeis da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina (Hospital Municipal Dr. José de Carvalho Florence) que compreendem o balanço patrimonial, em 31/12/2021, e as respectivas demonstrações do resultado do período, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade, em 31/12/2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado:** Examinamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31/12/2021, como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis, tomadas em conjunto. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo - SP, 01/04/2022.

Audisa Auditores Associados - CRC/SP 2SP 024298/O-3
Ivan Roberto dos Santos Pinto Júnior - Contador CRC/RS 058.252/O-1 - CVM 7.710/04 - CNAI-RS-718.

ROZAC Comércio Importação e Exportação de Produtos Têxteis S.A.

CNPJ: nº 05.629.653/0001-58

Relatório da Administração - Encerrado em 31/12/2021 e 2020

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as Demonstrações Financeiras da companhia referentes ao exercício findo em 31/12/2021. (Valores em Milhares de Reais). **A Diretoria.**

Balanco Patrimonial - Ativo	31/12/2021	31/12/2020	Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto em 31/12/2021	Varições no Passivo Circulante e Passivo não Circulante
Circulante	280.955	172.979	Fluxo de Caixa Proveniente das Operações	39.743
Caixa e Equivalente de Caixa	3.269	25.752	Lucro ou Prejuízo do Exercício	27.825
Contas a Receber	88.271	64.503	Atividades Operacionais	
Outras Contas a Receber	29.016	33.257	Itens que não Afetam o Caixa	
Estoques	142.474	46.082	Depreciações e Amortizações	251
Impostos a Recuperar	17.828	3.375	Provisões para perda	(31)
Despesas do Exercício Seguinte	97	10	Provisão de Contingência	-
Não Circulante	24.020	24.083	Juros a apropriar decorrentes de AVP	(412)
Depósitos Judiciais	1.738	1.686	Total dos Itens que não Afetam o Caixa	(192)
Impostos Diferidos	2.866	2.220	Varições no Ativo Circulante e Ativo não Circulante	
Investimentos	483	1.038	Cheques em custodia e Devolvidos	5.257
Imobilizado Líquido	13.262	14.197	Bancos contas vinculadas	130
Intangível Líquido	481	499	Títulos e créditos a receber	12.675
Direito de Uso	5.190	4.443	Estoque	34.973
Total do Ativo:	304.975	197.062	Adiantamentos	(16.688)
Balanco Patrimonial	31/12/2021	31/12/2020	Impostos e encargos a recuperar	3.591
Passivo e Patrimônio Líquido		Reapresentado	Despesas antecipadas	80
Circulante	163.941	87.935	Depósitos Judiciais	(9)
Fornecedores	81.156	31.217	Impostos Diferidos	227
Empréstimos e Financiamentos de Curto Prazo	58.013	35.593	Total Variações Ativo Circulante e Ativo não Circulante	40.236
Obrigações Tributárias a Recolher	13.147	3.100		31.800
Obrigações Sociais e Trabalhistas a Pagar	219	164	Demonstração da Mutaçao do Patrimônio Líquido	
Adiantamento de Clientes	6.846	13.465	Capital Social	27.000
Outras Contas a Pagar	2.560	2.774	Reserva de Incentivos Fiscais	5.096
Direito de Uso	1.720	1.414	Subvenção de Incentivos Fiscais	(11.930)
Provisões Trabalhistas	280	208	Distribuição de dividendos	(20.040)
Não Circulante	19.710	17.542	Resultado do exercício	(27.825)
Empréstimos e Financiamentos	13.183	13.200	Reservas Legais	(795)
Provisão de Contingências	2.961	1.215	Saldo em 31/12/2020	27.000,00
Direito de Uso	3.566	3.127	Saldo em 01/01/2021	27.000,00
Patrimônio Líquido	121.324	91.585	Subvenção de Incentivos Fiscais	(15.538)
Capital Social	27.000	27.000	Distribuição de dividendos	(9.848)
Reserva de Incentivos para Subvenção Investimentos	75.659	60.120	Resultado do exercício	(39.743)
Reservas Legais	5.486	4.309	Reservas Legais	(1.176)
Lucros a Distribuir	13.179	156	Saldo em 31/12/2021	27.000,00
Total do Passivo e Patrimônio Líquido:	304.975	197.062	Demonstração do Resultado Abrangente	31/12/2021
			Lucro Líquido do Exercício	39.743
			Resultado Abrangente do Período	39.743
			Demonstração do Resultado	31/12/2021
			Operações Continuadas	Reapresentado
			Receita Operacional Líquida	397.999
			Custo das Mercadorias Revendidas	330.308
			Lucro Bruto das Operações Continuadas	67.691
			Despesas Operacionais	
			Remuneração a Dirigentes	32
			Despesas com Pessoal	5.009
			Despesas com Representantes e Vendedores	11.881
			Despesas com Serviços de Terceiros	4.447
			Despesas com Vendas	259
			Despesas Gerais	19.529
			Impostos e Taxas	1.983
			Outras Receitas / Despesas	4.689
			Incentivos Fiscais: Receita de Incentivos Fiscais	15.538
			Receitas e Despesas Financeiras	25.683
			Receitas Financeiras	20.156
			Despesas Financeiras	5.527
			Resultado Antes do IRPJ e da CSLL	50.305
			Total dos Impostos Incidentes sobre o Lucro	(4.258)
			Operações Descontinuadas	
			Lucro Líquido do Exercício	39.743
				27.825

Notas Explicativa para as Demonstrações Contábeis
O balanço patrimonial e as demonstrações financeiras elaboradas de acordo com os princípios contábeis aceitos, praticados e exigidos pela Lei 6.404/1976 e Decreto Lei 1.598/1977, Lei 11.638/2007, Lei 11.941/2009, e Lei 13.818/2019.

Diretor Financeiro: José Antonio Tezotto Toaliari **Contador: Robinson Silvestre Marchetto - CRC.: 1SP244789/O-7**

RINO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S/A

CNPJ nº 49.944.903/0001-10

Demonstrações Financeiras - Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2021

Balanco Patrimonial - ATIVO	31/12/2021	31/12/2020	Demonstração do Resultado do Exercício	31/12/2021	31/12/2020	Receitas de equivalência patrimonial	31/12/2021	31/12/2020
Circulante	13.647.201,88	16.028.206,68	Receita bruta de vendas	7.410.452,34	7.931.133,98	Receitas antes do resultado financeiro	(4.912.720,05)	871.619,46
Caixa e Bancos	1.417.674,18	5.748.465,89	Impostos e taxas sobre vendas	(278.800,51)	(212.798,28)	Resultado financeiro		
Clientes	6.874.450,38	6.964.938,26	Receita líquida de vendas	7.131.651,83	7.718.335,70	Receitas financeiras	79.517,86	101.978,98
Estoques	5.255.816,30	3.182.265,72	(-) Custo sobre vendas	(7.588.285,76)	(3.905.562,10)	Despesas financeiras	(651.960,77)	(393.096,93)
Outros Ativos	99.261,02	132.536,81	Lucro bruto	(456.633,93)	3.812.773,60	Lucro antes das provisões	(5.485.162,96)	580.501,51
NÃO CIRCULANTE	6.795.756,35	7.678.969,96	Despesas operacionais			Provisão de IR e CSLL	(124.619,30)	(143.126,60)
Realizável a Longo Prazo			Gerais e administrativas	(4.658.622,31)	(4.086.912,83)	Lucro líquido do exercício	(5.609.782,26)	437.374,91
Depósitos Judiciais	95.566,98	95.566,98	Com vendas	(279.323,60)	(294.598,69)	Lucro por ação	(56,10)	4,37
Partes Relacionadas	940.183,70	-	Outras receitas e despesas	53.871,02	-			
Investimentos	2.293.133,66	4.165.753,57						
Imobilizado	3.447.173,82	3.397.951,22	Demonstração dos Fluxos de Caixa					
Intangível	19.698,19	19.698,19	Fluxos de caixa atividades operacionais	31/12/2021	31/12/2020			
TOTAL DO ATIVO	20.442.958,23	23.707.176,64	Lucro líquido do exercício	(5.609.782,26)	437.374,91	Aquisição de novos consórcios	(31.127,29)	(56.980,03)
Balanco Patrimonial - PASSIVO	31/12/2021	31/12/2020	Ajuste por ganho equivalência patrimonial	(427.988,77)	(1.440.357,38)	Recebimento de dividendos de controladas	1.391.552,27	1.433.530,60
CIRCULANTE	5.365.755,88	4.419.676,18	Varição dos ativos e passivos operacionais			Pagamento de dividendos a sócios	(323.250,00)	(315.000,00)
Fornecedores	834.123,24	679.003,92	Clientes a receber	(644.618,63)	(2.777.049,97)	Caixa proveniente (utilizado) nas atividades de investimentos	987.952,38	1.034.343,37
Salários e encargos a pagar	91.334,23	85.584,71	Estoques	(2.073.550,58)	207.200,43	Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Tributos a recolher	80.886,60	115.147,94	Fornecedores	155.119,32	400.633,89	Aquisição de empréstimos bancários	3.043.785,50	3.048.501,45
Financiamentos	3.801.970,58	2.291.518,39	Obrigações tributárias	(28.511,82)	34.946,99	Transações com partes ligadas	189.400,84	19.653,21
Adiantamento de clientes	426.989,14	1.162.095,65	Repasse de proprietários	(71.624,66)	40.895,60	Caixa proveniente das atividades de financiamento	3.233.186,34	3.068.154,66
Repasse de locação	12.700,91	84.325,57	Outros ativos e passivos	149.026,97	76.993,90	Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(4.330.791,71)	1.083.136,40
Outros passivos	117.751,18	2.000,00	Caixa proveniente das operações	(8.551.930,43)	(3.019.361,63)	Caixa e equivalentes no início do exercício	5.748.465,89	4.665.329,49
NÃO CIRCULANTE	6.007.548,84	4.284.814,69	Fluxos de caixa das atividades de investimento			Caixa e equivalentes no final do exercício	1.417.674,18	5.748.465,89
Financiamentos	3.633.333,31	2.100.000,00	Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(49.222,60)	(27.207,20)			
Mutuo com partes relacionadas	2.374.215,53	2.184.814,69	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido					
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	9.069.653,51	15.002.685,77	Balanco 31/12/2019	3.130.000,00	3.130.000,00			
Capital Social	3.130.000,00	3.130.000,00	Resultado do exercício	-	-			
Reservas de lucros	5.313.653,51	11.246.685,77	Lucros distribuídos	-	-			
Reserva legal	626.000,00	626.000,00	Balanco 31/12/2020	3.130.000,00	626.000,00			
TOTAL DO PASSIVO	20.442.958,23	23.707.176,64	Resultado do exercício	-	-			
			Lucros distribuídos	-	-			
			Balanco 31/12/2021	3.130.000,00	626.000,00			

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - 1. Objeto - São objetivos da sociedade a compra, venda e administração de imóveis próprios e de terceiros, a incorporação de imóveis, a construção por conta própria de edifícios e a participação no capital de outras sociedades. **2. Capital** - Capital social é representado por 100.000 cotas de R\$ 31,30 cada totalmente integralizadas. **3 - Práticas Contábeis** - As demonstrações financeiras estão elaboradas e apresentadas de conformidade com os dispositivos das Leis 6.404/76; Rio Claro, 28 de Fevereiro de 2022.

Rizzo Organização Contábil S.S
Ricardo Ferrari
Presidente
Márcia Rizzo Villarreal
Contabilista
CRC 1SP 267.305/O-6